

## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE IGUATU, ICÓ E ORÓS

PARTICIPATORY BUDGET: AN ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF THE MUNICIPALITIES OF IGUATU, ICÓ AND ORÓS

PRESUPUESTO PARTICIPATIVO: UN ANÁLISIS DE LA PERCEPCIÓN DE LOS MUNICIPIOS DE IGUATU, ICÓ Y ORÓS

Naiane Vieira Pedro<sup>1</sup>

Milton Jarbas Rodrigues Chagas<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção da população sobre o orçamento participativo nos municípios de Iguatu, Icó e Orós, explorando a eficácia e os desafios desse mecanismo de participação cidadã. Utilizando questionários, coletamos dados que revelaram um conhecimento significativo sobre o orçamento participativo entre os moradores, mas também destacaram áreas de melhoria, especialmente em termos de divulgação e engajamento comunitário. Este estudo contribui para a compreensão do orçamento participativo, destacando a importância de estratégias que promovam maior conscientização, inclusão e comunicação contínua com a comunidade.

**Palavras-chave:** Participação social. Transparência. Democratização. Orçamento Participativo.

1076

**ABSTRACT:** The present study aimed to analyze the population's perception of the participatory budget in the municipalities of Iguatu, Icó and Orós, exploring the effectiveness and challenges of this citizen participation mechanism. Using questionnaires, we collected data that revealed significant knowledge about participatory budgeting among residents, but also highlighted areas for improvement, especially in terms of outreach and community engagement. This study contributes to the understanding of participatory budgeting, highlighting the importance of strategies that promote greater awareness, inclusion and continuous communication with the community.

**Keywords:** Social participation. Transparency. Democratization. Participatory budgeting.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o campo da administração pública tem testemunhado uma mudança notável no paradigma da gestão governamental, passando de um modelo centralizado para uma abordagem mais participativa e democrática. A Constituição Federal de 1988 prevê a participação

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB.

não apenas de órgãos e entidades públicas no processo orçamentário, mas também de representantes da sociedade organizada (SANTOS, 2016).

A constituição Federal do Brasil descreve que o orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados e a destinação desses recursos a cada ano. O planejamento público se compõe de três instrumentos interligados: o Plano Plurianual (PPA) declara as políticas e metas previstas para um período de 4 anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina quais metas e prioridades do PPA serão tratadas no ano seguinte e a Lei Orçamentária Anual (LOA) é elaborada, detalhando todos os gastos que serão realizados pelo governo: quanto será gasto e em quais áreas (saúde, educação, segurança pública). Essas três leis se relacionam entre si e com outros instrumentos de políticas públicas.

A literatura frequentemente menciona diferentes abordagens e tipos de orçamentos que são específicos para o setor público, Giacomoni (2019) detalha exemplos de tipos de orçamentos: o Orçamento Tradicional que é baseado nas alocações de períodos anteriores, com ajustes mínimos para refletir mudanças nas prioridades ou necessidades, o Orçamento de Desempenho ou de Realizações semelhante, este tipo de orçamento se concentra em definir metas de desempenho para as agências governamentais e alocar recursos de acordo com essas metas.

Ainda segundo Giacomoni (2019), o Orçamento Programa está ligado à ideia de planejamento, de acordo com ela, o orçamento deve considerar os objetivos que o governo pretende alcançar durante um período determinado de tempo, e o Orçamento Participativo que tem como finalidade ouvir de forma direta as comunidades para a definição das ações do governo, para resolução dos problemas por elas considerados prioritários.

Para Nascimento (2007), o Orçamento Participativo surge como uma estratégia inovadora que visa redefinir a relação entre o governo e os cidadãos, promovendo a inclusão, transparência e efetiva participação da população na definição e alocação dos recursos públicos. A atuação cidadã no controle da gestão pública é uma forma de garantir a implementação de políticas e processos que descaracterizem as relações assimétricas de poder e utilizem o princípio de justiça social na distribuição dos recursos.

O orçamento participativo é um mecanismo direto de participação popular, por meio dele a população tem a oportunidade de discutir e decidir sobre o orçamento público, as ações a serem realizadas e definir as políticas públicas, fazer o levantamento das necessidades do seu setor para estabelecer as prioridades de acordo com o orçamento do município, como desenvolvimento econômico, educação, saúde, meio ambiente e cultura. Nesse aspecto, ele permite o planejamento

do governo, promovendo a gestão dos recursos públicos de forma a atender as necessidades do município e prioridades demandadas pela população (COSTA, 2010).

Considerando a busca de inovação para uma gestão eficiente, a Contabilidade aplicada ou setor público tem grande importância, já que presta informações úteis, possibilitando a inclusão dessas informações no contexto econômico, social e político, de forma ética e transparente, apresentando a sua relevância e influência neste meio, que se propõem a produzir e analisar demonstrativos capazes de transparecer o que está contido no orçamento determinado pelos gestores públicos (SAMPAIO, 2018).

No âmbito dos municípios do Ceará, essa abordagem tem se destacado como uma ferramenta potencialmente transformadora para a gestão municipal, a exemplo disso são estudos realizados em outros municípios, tais como os artigos “Processo de participação popular na Gestão Municipal: estudo do Orçamento Participativo no município de Sobral-CE” (Andarde; Silva; Pinheiro, 2009) e “Orçamento participativo e gestão municipal: a experiência de fortaleza (2005-2008)” (Barbalho; Arão, 2015). De modo a perceber suas singularidades em relação a outras experiências congêneres, esse estudo buscar entender melhor como as cidades de Iguatu, Icó e Orós tem implementado a gestão participativa, visto que são cidades de grande importância para o estado, caracterizadas por suas diversidades econômicas, culturais e sociais. Compreender como o orçamento participativo está sendo adotado torna-se crucial para avaliar sua eficácia como mecanismo de participação cidadã e melhoria da governança local (PEIXOTO, 2023)

1078

O objetivo deste estudo é realizar uma análise abrangente do orçamento participativo nos municípios de Iguatu, Icó e Orós. Investigar as origens históricas e conceituais do orçamento participativo, analisar como a participação efetiva dos cidadãos tem contribuído para o desenvolvimento na qualidade de vida da população local, e saber o nível de conhecimento da população acerca do tema.

Neste sentido, espera-se que este estudo contribua para a literatura no sentido de aprofundar a compreensão sobre o orçamento participativo, analisando suas dimensões políticas e sociais. Fica claro a necessidade de entender o orçamento participativo e como ele contribui para o fortalecimento da democracia no nível local, aumentando a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais e promovendo uma maior conexão entre os representantes eleitos e seus eleitores. Espera-se gerar insights valiosos para outros municípios que desejam adotar ou aprimorar esse modelo de governança, ao analisar as práticas bem-sucedidas e os desafios enfrentados, é possível aprender com as experiências de outras localidades.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A forma como o Estado interage com a sociedade brasileira mudou significativamente desde a promulgação da Constituição Federal em 1988. Dentre essas mudanças, vale destacar o processo de formação, difusão e funcionamento de instituições participativas - diferentes formas de incluir cidadãos e grupos da sociedade civil nas deliberações políticas (AVRITZER, 2003).

Como comitês de gestão de políticas públicas, conferências, participação cidadã na definição de orçamentos públicos, entre outras coisas, os três níveis de governo permitem incorporar um aspecto até então ausente da democracia representativa: processos deliberativos que vão além do momento eleitoral e oferecem alternativas para a integração dos interesses dos grupos organizados no cotidiano da esfera política, promovendo ao mesmo tempo, a organização política destes grupos cria novas formas de mediação representativa entre o Estado e a sociedade.

Para Bordenave (1994), o objetivo da participação social é envolver qualquer indivíduo, grupo ou sector no processo participativo para que possam, entre outras coisas, exigir melhores condições de vida para as suas comunidades. Contudo, para fazer uma reivindicação, é preciso estar consciente e envolver-se em algum tipo de processo participativo, para mostrar a sua própria sensibilidade e participação, para partilhar o mesmo tipo de interesses e objetivos.

1079

Diante desse cenário, é necessário que haja uma conscientização da população quanto à importância da atuação cidadã, pois a participação social deve contemplar a consciência sobre atos, possibilitando aos indivíduos compreenderem o processo que estão vivenciando. A participação não pode ser forçada nem aceita como esmola, não podendo ser uma mera concessão; é a voluntariedade que pressupõe que o envolvimento do indivíduo deve ocorrer sem coação ou imposição (TENÓRIO; ROZENBERG, 1997).

Luchmann (2012) reforça que para a democracia realmente funcionar é importante que cada cidadão tenha um nível de habilidade política, mantendo o comprometimento na busca do bem social, essa imposição deve ser feita pelo poder público para garantir um número elevado de cidadãos nas decisões do orçamento, pois o foco do orçamento participativo é trazer para as prefeituras as pessoas que realmente sabe do que está precisando, que convive com o problema e tem interesse em resolvê-lo, trazendo benefícios para a população.

O ambiente participativo local pode ser entendido como localidades em que existe grande densidade de diferentes espaços de cooperação social entre a sociedade e a administração pública,

composto por diferentes formas de organizações da sociedade civil (OSC). O uso de políticas participativas efetivas é mais provável quando há ampla base de OSC, organizações públicas participativas da sociedade civil e movimentos por direitos (WAMPLER, 2008).

A participação social é um campo de estudo multidisciplinar que abrange diversas áreas, dentro deste vasto campo, há uma série de estudos que exploram os diferentes aspectos, contextos e impactos da participação social. Podemos citar como referência o artigo “Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais” (Gohn, 2019) dentre tantos outros correlatos.

## 2.2 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O orçamento participativo é um instrumento utilizado em vários municípios do Brasil, teve início em Porto Alegre no final da década de 1980 e se espalhou por diversos municípios brasileiros e no mundo, é uma forma que a população participa diretamente no orçamento no seu município, exercendo a democracia e trazendo benefícios para a sociedade de uma forma geral e evitando a má administração do dinheiro público (PIRES, 2001).

O OP é tratado de formas diferentes pela literatura, como ciência política para Avritzer (2003), como administração pública por Wampler (2003). Goldfrank (2022) analisa o Orçamento Participativo do ponto de vista da gestão pública, destacando como ele pode ser utilizado para aprimorar a governança e a prestação de serviços públicos, Chan (2000) inclui a perspectiva contábil principalmente no contexto da transparência financeira, prestação de contas, transparência e a responsabilização nos processos orçamentários públicos.

Esses autores têm investigado quais os determinantes para a sua adoção e apontado variáveis relevantes. O orçamento participativo (OP) pode ser definido como um processo pelo qual cidadãos contribuem para a tomada de decisões em alguma parte específica do orçamento público (Park, 2020). O orçamento participativo tem focado principalmente no estágio da alocação das despesas, o que está de acordo com o processo evolucionário de como se dá a participação.

De acordo com Perro (2012) reduzir as desigualdades sociais é necessário garantir o desenvolvimento econômico, apostar na democracia e promover uma gestão de qualidade, em que o povo tem a responsabilidade de acompanhar o trabalho da administração pública para confirmar se as ações tomadas são suficientes para garantir o bem-estar comum.

Segundo Santos (2002), o orçamento participativo, além de estreitar a relação entre sociedade civil e governo, constitui um processo de tomada de decisão baseado em regras gerais e em critérios de justiça distributiva, discutidos e aprovados por órgãos institucionais regulares de participação, nos quais as classes populares têm representação.

Tem se observado que a participação no orçamento passa por uma crise, caracterizada pelo declínio nos casos de participação e frequentes descontinuidades (de Renzio et al., 2019; Nebot & Pires, 2020). A “crise” do orçamento participativo decorre de uma crise do próprio ciclo orçamentário. O ciclo orçamentário pode ser visto como uma sequência de decisões tomadas nos contextos institucional e organizacional do setor público (Cunha, 2019), isto é, decisões são tomadas quando se elabora a proposta orçamentaria, momento de sua aprovação, e nos momentos de sua execução e controle. Tal visão sobre o ciclo contribui para que fique explicitado um dos grandes desafios que se apresentam ao mecanismo do OP: alcançar todas as fases da dinâmica orçamentaria.

### 2.3 ESTUDOS RECENTES

A literatura acadêmica tem sido ativa na análise e avaliação do orçamento participativo como uma ferramenta de governança local. Nos estudos recentes examinados, várias dimensões fundamentais foram abordadas, proporcionando uma compreensão mais abrangente de sua implementação, efeitos e desafios.

1081

Um estudo conduzido por Fendozi, Ramos e Gonçalves (2020), investigou os fatores que explicam a adoção dos orçamentos participativos (OP) pelos municípios brasileiros. Concentrando-se nos impactos do orçamento participativo no desenvolvimento local relacionados ao desenho institucional, ao associativismo e à vontade política dos governantes. Os resultados indicam que a orientação ideológica, a região geográfica, o desenvolvimento social, a desigualdade econômica e o porte do município interferem nas chances de adoção do OP.

Outro estudo relevante, conduzido por Amaral e Moura (2022), é um ensaio de revisão teórica que destaca a importância do orçamento participativo como uma ferramenta relevante na gestão pública contemporânea. Inferiu-se que o orçamento participativo se insere no contexto de instrumento que visa conferir publicidade e garantir legitimidade ao planejamento das ações governamentais, destacando-se que sua adoção não implica o abandono das técnicas prevista no orçamento tradicional, mas sim, uma modificação na metodologia de elaboração do orçamento

público, introduzindo a participação social como elemento vetor na identificação dos problemas, como na construção de políticas públicas para o seu enfrentamento.

Outro estudo relevante, conduzido por Mendes e Costa (2002), comparou práticas de transparência e accountability em processos de orçamento participativo na América Latina e Europa. A pesquisa destacou tanto os pontos comuns quanto as diferenças regionais, evidenciando a necessidade de adaptação das práticas às realidades específicas de cada contexto local.

Bezerra (2020) buscou compreender o papel das interações entre sociedade civil e Estado, buscando compreender por que um determinado partido estimula a participação social em seus governos, argumento que a promoção de instituições participativas pelo PT é uma combinação de interesses ideológicos e pragmáticos.

Esses estudos recentes contribuem para uma compreensão mais sólida e atualizada do orçamento participativo como uma prática democrática de governança local. Suas descobertas fornecem uma base valiosa para o presente estudo sobre os municípios de Iguatu, Icó e Orós, enriquecendo a análise com perspectivas empiricamente fundamentadas e relevantes para o contexto brasileiro.

## MÉTODOLOGIA

Esse estudo tem como objetivo investigar se os municípios de Iguatu, Icó e Orós utilizam o orçamento participativo e de que forma, partindo dessa premissa, também busca saber qual o nível de conhecimento da população sobre o tema. Esta pesquisa tem característica descritiva, pois busca descrever um fenômeno, ou definir um assunto, normalmente criando um perfil de um grupo de problemas pessoas ou eventos (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Para alcançar os objetivos definidos foi utilizada a pesquisa documental, conforme expressa Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Para Gil (1999), a pesquisa documental é descrita como uma abordagem que utiliza fontes primárias de dados que não foram ainda analisados ou tratados de maneira sistemática.

O estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa, que segundo Mayring (2002), caracteriza-se pelo uso de instrumentos padronizados de coleta de dados, como questionários e testes, e pela aplicação de métodos estatísticos para analisar as relações entre variáveis. Os dados obtidos foram mensurados e analisados para identificação do problema de pesquisa. Para a conclusão

desta pesquisa foram coletados, e desenvolvidos, os dados em dois momentos distintos. Primeiro, foi coletada informações junto aos municípios de amostra, a fim de identificar quais municípios realizam o orçamento participativo, onde foram estudadas as informações contidas nos sites das prefeituras, bem como em documentos oficiais publicados na internet, e em documentos adicionais a fim de obter informações relevantes que pudessem direcionar o desenvolvimento da pesquisa e possibilitar a compreensão das práticas do orçamento.

Os documentos analisados relacionados ao orçamento participativo, foram relatórios anuais, documentos de planejamento, atas de reuniões e outros registros relevantes. Isso ajudou a compreender o histórico e as formas de implementação. No segundo momento foi aplicado um questionário por meio do Google Forms no período de 25/04 a 28/05/2024 aos cidadãos participantes e não participantes do orçamento participativo, a fim de avaliar a percepção geral, satisfação e eficácia do processo.

A seleção dos municípios de Iguatu, Icó e Orós como amostra para esta pesquisa é justificada por várias razões que fortalecem a relevância e a validade do estudo. Os três municípios têm importância regional no estado do Ceará, atuando como polos em suas respectivas microrregiões. Iguatu, em particular, é um centro educacional e de serviços, enquanto Icó possui um significativo patrimônio histórico e Orós é conhecido pelo seu açude, que é um dos maiores do estado.

1083

Tabela 1: Dados demográficos por município.

	IGUATU	ICÓ	ORÓS
POPULAÇÃO	98.064	62.642	19.675
PIB	1,6 Milhões	550 Milhões	200 milhões
IDH-M	0,677	0,606	0,636

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE, 2022.

Esses municípios apresentam características socioeconômicas diversas, o que permite uma análise comparativa abrangente. Iguatu é um centro regional com uma economia mais diversificada, enquanto Icó possui um significativo patrimônio histórico e uma economia baseada na agricultura e no comércio, Orós tem uma economia voltada para a agricultura e pesca. Essa diversidade possibilita avaliar como diferentes contextos socioeconômicos influenciam a implementação e a percepção do orçamento participativo.



## **Orçamento Participativo em Orós**

Desde o exercício financeiro do ano de 2013 o município de Orós-Ceará adota o Orçamento Participativo e o Governo Itinerante com meio de unificar, flexibilizar e melhorar a gestão orçamentária e administrativa com a participação da comunidade. Segundo informações cedidas pela prefeitura, a implementação do processo envolve reuniões, assembleias, campanhas de comunicação e engajamento de lideranças locais, tanto para a elaboração do PPA como do Orçamento. Para o planejamento do orçamento a cidade é dividida em regiões e, em cada uma delas, são realizadas reuniões populares.

Nessas reuniões, são disponibilizados questionários sobre quais as sugestões para a elaboração do orçamento, os cidadãos apresentam suas demandas e propostas sobre quais as obras de interesse que consideram mais urgentes e de melhor viabilidade para a comunidade em qualquer área. As propostas mais votadas eram incluídas no orçamento municipal e implementadas pelo governo local. Ao mesmo tempo aproveitava-se o momento para que a população pudesse expor o que estava acontecendo na localidade, se avia algum descaso, podiam questionar sobre a execução de algum serviço, essas reuniões serviam também como uma espécie de prestação de contas para a sociedade.

1084

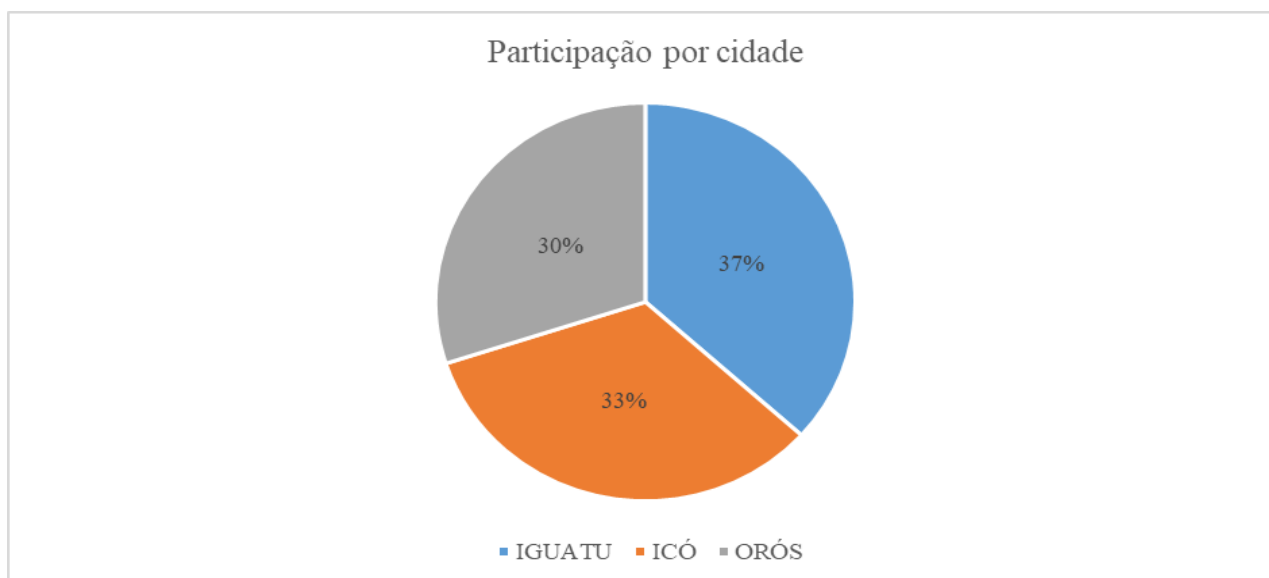
## **Orçamento Participativo em Icó**

O município de Icó, no Ceará, adotou uma abordagem inclusiva para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025, integrando a participação social como elemento central do processo. Essa inclusão visou garantir que as prioridades e demandas da população fossem refletidas no planejamento estratégico do município para os próximos quatro anos. Partindo de um olhar ampliado de que a gestão pública requer a concepção de instrumentos que agregam recursos, conhecimentos e tecnologias, prezando pela qualidade, ética e transparência no trato do bem público, a gestão do município buscou convergir todos os esforços de planejamento para esta direção, tendo como premissas Governança participativa e transparência: aprimoramento do planejamento municipal, no sentido da promoção de uma gestão, transparente, eficiente e eficaz, voltada para resultados, tendo a participação da população e das instâncias de controle social como um dispositivo de construção de cidadania.

O Plano de Gestão Participativa foi construído através da participação direta da população através da plataforma online da prefeitura de Icó durante o período estipulado pelo

município para a coleta das propostas na plataforma online. Por meio da plataforma disponibilizada foi possível fazer levantamento dos problemas locais a serem enfrentados pelos gestores públicos, bem como, propostas de soluções. Os resultados das análises das propostas realizadas nos distritos e cede, juntamente com a análise de informações secundárias serviram de subsídios à definição e planejamento das ações a serem executadas. No Anexo “ Diagnostico de Participação do Cidadão” do PPA 2022-2025 é possível visualizar todas respostas referentes as principais necessidades, anseios e sonhos informados pela população do município que participou do levantamento. A ideologia da construção do Plano se deu através da iniciativa da Prefeita Ana Laís Nunes que defende que a participação popular é fundamental para a construção de uma gestão transparente.

**Gráfico 1:** Participação por cidade.



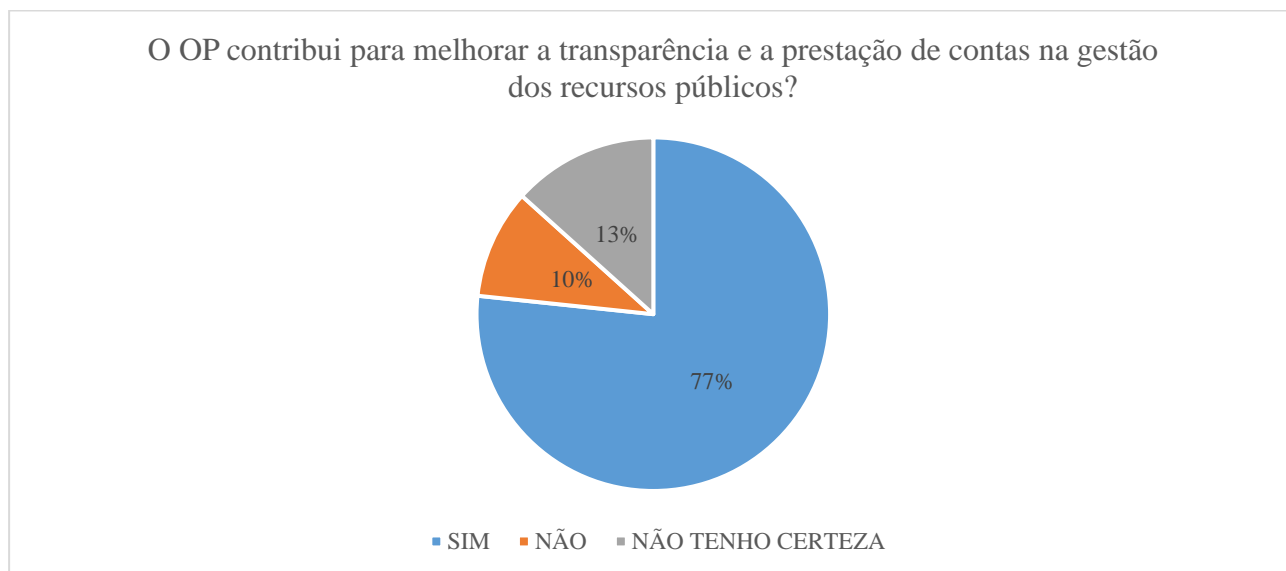
Fonte: AUTORA

Foi aplicado um questionário para a população residente dos municípios de Iguatu, Icó e Orós para saber qual o nível de conhecimento sobre o orçamento participativo e qual a opinião da população sobre o processo. As pessoas que participaram da pesquisa tinham idade entre 19 a 57 anos, na maioria mulheres com um percentual de 60%. Questionados se as populações já tinham ouvido falar sobre o OP 66,7% respondeu que sim enquanto 33,3% respondeu que não.

Foi analisada a participação da população em alguma atividade sobre o OP, 73% dos respondentes nunca participou de nenhuma atividade relacionada ao OP como reuniões ou assembleias. Buscando aprofundar a compreensão do por que foi questionado aos participantes os motivos, e as principais justificativas foram de que muitos não sabiam que o município onde

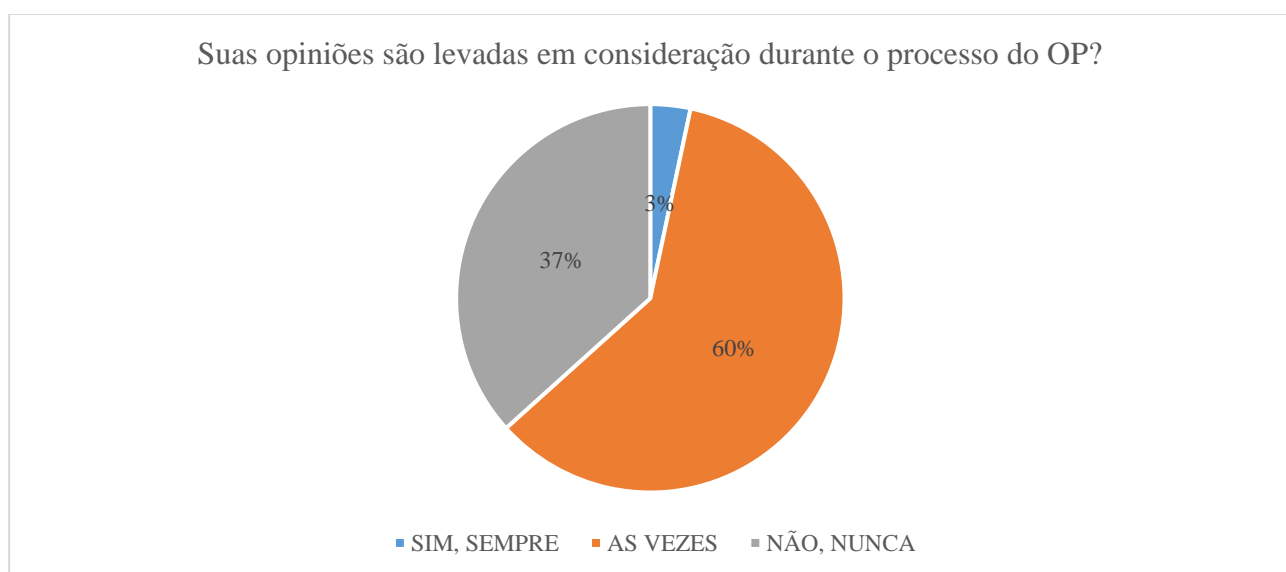
residem utilizava o OP como ferramenta de participação social, e que não há muitas informações ou divulgações que trate sobre o tema. Outros relataram que não participavam por falta de informações como data, local e horário. Alguns justificaram que os horários das reuniões eram concomitantes com a jornada de trabalho o que impedia a participação por falta de tempo.

**Gráfico 2:** Transparência e prestação de contas.



Fonte: AUTORA.

**Gráfico 3:** Opiniões durante o processo do OP.



Fonte: AUTORA.

O gráfico 2 e 3 mostra a opinião da população acerca das indagações sobre a contribuição do OP na transparência e gestão dos recursos públicos e se a população sente que as suas opiniões são levadas em consideração, apesar da maioria concordar que o OP melhora a transparência e a gestão dos recursos financeiros municipais, 60% disse que só as vezes as sentem que suas sugestões são ouvidas e para 37% da população eles nunca sente que as suas opiniões são realmente levadas em consideração. Apenas 3% disse que as opiniões são ouvidas e levadas em consideração para a inclusão no orçamento. Foram questionados também se acreditavam que o OP é uma maneira eficaz de envolver os cidadãos na tomada de decisões sobre o uso dos recursos públicos 86,7% disse que sim e 13,3% respondeu não saber ou não ter certeza.

Ao fim do questionário havia uma questão aberta para que os participantes dessem suas sugestões de como poderia ser melhorado o processo do orçamento participativo nos municípios. Os tópicos mais sugeridos foram: maior divulgação e transparência das informações para a população para que de fato seja participativo pois muitas pessoas nem sequer sabem que essa ação existe e por conta disso não participam; que o processo de discussão e participação cidadã seja realizado em momentos que consigam agregar o maior número de pessoas que trabalham, tendo em vista que por conta de horários muitos cidadãos são excluídos de participar.

Acessibilidade e inclusão, muitas vezes, a participação é limitada a certos grupos mais informados ou engajados politicamente, que as camadas menos favorecidas da sociedade sejam incluídas, pois muitas vezes aqueles que mais necessitam não tem acesso aos benefícios; maior interesse dos gestores em mobilizar a população sobre a importância do Orçamento Participativo e que seja realizado de forma periódica e não eventualmente. Por fim, foi abordado também que haja mais interesse popular em acompanhar a gestão dos recursos, que a sociedade participe sempre de forma ativa visto que desempenha um papel fundamental na gestão pública exercendo controle social ao monitorar e fiscalizar as ações do governo, garantindo que os recursos públicos sejam usados de maneira correta e eficiente.

1087

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivos analisar como o orçamento participativo é implementado pelos municípios e a percepção da população sobre o mesmo nos municípios de Iguatu, Icó e Orós, explorando como este mecanismo de participação cidadã é compreendido e avaliado pelos moradores dessas localidades. Por meio de informações cedidas pela prefeitura de Orós e outras informações retiradas do Site da prefeitura de Icó foi possível identificar como o

OP é implementado nesses dois municípios e através da aplicação de questionário à população, foi possível coletar dados valiosos que permitiram obter uma visão detalhada sobre a efetividade e os desafios do orçamento participativo na região.

Os resultados revelaram que uma parcela significativa dos moradores está ciente da existência do orçamento participativo, embora ainda haja uma considerável porção da população que desconhece o conceito ou não está plenamente engajada no processo. A análise mostrou que, entre aqueles que conhecem e participam do orçamento participativo, há uma percepção positiva quanto à sua capacidade de promover transparência e inclusão na gestão pública. No entanto, foram identificadas várias áreas de melhoria que poderiam potencializar o impacto desse mecanismo.

Apesar dos esforços para conduzir uma pesquisa abrangente e detalhada sobre o orçamento participativo nesses municípios, algumas limitações devem ser reconhecidas. A falta de informações e dados fornecidos sobre do OP por parte das prefeituras, principalmente por parte da Prefeitura de Iguatu, que mesmo após muitas solicitações, não foram recebidos em tempo hábil documentos que permitissem uma análise mais detalhada, como por exemplo relatórios detalhados sobre os resultados das iniciativas de orçamento participativo, avaliação de sua eficácia e impacto, critérios de seleção de projetos.

1088

Dados sobre os projetos aprovados, os recursos alocados e a execução dos projetos são essenciais para medir o sucesso do OP e entender seu efeito na comunidade, mas esses dados foram insuficientes ou inexistentes. A ausência de dados históricos sobre a evolução do orçamento participativo nos municípios dificultou a análise de tendências ao longo do tempo. Informações sobre a participação cidadã, mudanças nos processos de OP e resultados ao longo dos anos seriam valiosas para uma análise longitudinal mais profunda.

Outro fator limitante foi devido ao tempo para a coleta de dados, não foi possível obter uma quantidade maior de respondentes ao questionário, a amostra de participantes pode não ser totalmente representativa da população total desses municípios.

Em conclusão, este estudo destaca a importância do orçamento participativo como uma ferramenta de democratização e gestão transparente dos recursos públicos. No entanto, para que seu potencial seja plenamente realizado, é crucial investir em estratégias que promovam a conscientização, a inclusão e a comunicação contínua com a comunidade. Esperamos que os achados desta pesquisa contribuam para o aprimoramento do orçamento participativo em Iguatu,

Icó e Orós, incentivando uma maior participação cidadã e uma gestão pública mais responsiva às necessidades da população.

Por fim sugere-se para futuras pesquisas investigar de forma detalhada como o orçamento participativo impacta a qualidade e a eficiência dos serviços públicos nos municípios. Estudos específicos sobre setores como saúde, educação e infraestrutura podem revelar os benefícios e as áreas de melhoria.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-60.

AMARAL, Jefferson; MOURA, Graziela Breitenbauch de. Orçamento Participativo como Ferramenta de Gestão Pública Contemporânea. *Id on Line Rev. Psic.*, Maio/2022, vol.16, n.60,p. 872-888, ISSN: 1981-1179.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação?*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção “Primeiros Passos”.

BEZERRA, Carla de Paiva (2020), *Ideologia e governabilidade: as políticas participativas nos governos do PT*. Doctoral thesis . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo. 1089

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

CHAN, J. L . (2000) *A Sino-American Comparison of Budget and Accounting Coverage*. In: Caperchione, E. and Mussari, R., eds., *Comparative Issues in Local Government Accounting*, Kluwer Academic Publishers, Boston, p. 11-34.

COSTA, D. M. D. *Vinte anos de Orçamento Participativo: análise das experiências em municípios brasileiros*. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 15, n. 56, p.8-28, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2770/vinteanosdeorcamentoparticipativo-analise>>. Acesso em: 23 Ago de 2023

COOPER, D; SCHINDLER, P. (2011) *Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre, Bookman Cap. 14.

FENDOZZI, L., Ramos, M. P., & Gonçalves, F. G. de. (2020). *Orçamentos Participativos: variáveis explicativas e novos cenários que desafiam a sua implementação*. *Revista De Sociologia E Política*, 28(73), e005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987320287305>

GIACOMONI, James. Orçamento governamental, teoria, sistema, processos/ James Giacomoni. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOHN M da G. TEORIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. Cad CRH [Internet]. 2019Jan;32(85):63-81. Available from: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ICÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. Plano Plurianual Participativo 2022-2025, 2021.

LUCHMANN, L. H. Participação e aprendizado político no Orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense. Educação e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119,p. 513-532, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a07v2152.pdf>>.

MAYRING, Ph. (2002). Einführung in die qualitative Sozialforschung [Introdução à pesquisa social qualitativa]. (5ª ed.). Weinheim: Beltz.

NASCIMENTO, E. C. Os desafios do Orçamento Participativo enquanto esfera pública de negociação. Sinais: Revista Eletrônica - Ciências Sociais, Vitória, v. 1, n. 1, p. 123- 150, abr. 2007. Disponível em: <http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/sinais/article/download/2683/2156>>. Acesso em: 22 Ago de 2023

1090

ORÓS, Prefeitura Municipal. Secretaria de Finança. Dados Orçamento Participativo, 2019.

PARK, Y. (2020). Participatory budgeting and willingness to pay taxes: evidence from an exploratory sequential mixed methods study. Washington, DC: The George Washington University

PEIXOTO, Alice. Orçamento participativo: como funciona e como participar. Disponível em: <https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-comofunciona/>. Acesso em: 25 Aug. 2023.

PIRES, V. A. Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz. Barueri: Manole, 2001. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=JOZRB5ucSLgC&lpg=PA35&hl=ptBR&pg=PA32#v=onepage&q&f=false>>.

PEREZ, O. C., & Santos, G. G. da C. (2019). A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa. BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (90), 1-22. Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/488>

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. *Orçamento público* / Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] CAPES : UAB, 2016. 148p. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401430/1/PNAP\\_Bacharelado\\_Orçamento\\_Publico-3.ed-GRAFICA.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401430/1/PNAP_Bacharelado_Orçamento_Publico-3.ed-GRAFICA.pdf) Acesso em: 23 Ago de 2023.

SANTOS, B. de S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Coleção “Reinventar a emancipação social: para novos manifestos”. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizardemocracia.pdf>.

SAMPAIO, Lia Cardoso de Araújo. *Orçamento participativo e a contabilidade à lua da atual gestão pública*. (recurso eletrônico) Lia Cardoso de Araújo Sampaio – 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=89192> Acesso em: 29 Ago de 2023.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. *Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação*. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 2, n. 7, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewFile/43833/42694>.

Wampler, B. (2003). *Orçamento participativo: uma explicação para ampla variação nos resultados*. In L. Avritzer & Z. Navarro (Eds.), *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo* (pp. 61–86). Ed. Cortez. 1091

WAMPLER, B. (2008a). *A difusão do orçamento participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas?* *Opinião Pública*, 14(1), 65-95. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100003>